



POSSIBILIDADES PARA UMA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL MAIS EFETIVA: CAPACITAÇÃO E INCUBAÇÃO EM COOPERATIVISMO E AGROECOLOGIA NO BENIM.

Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
alex@ifba.edu.br

Vânia Costa Pimentel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
vania.pimentel@ifb.edu.br

Breno Carrillo Silveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
breno.silveira@ifac.edu.br

I

A motivação para este trabalho se dá a partir da demanda feita pelo Governo do Benim por cooperação técnica com o Brasil, iniciativa que é formalizada em 2005 quando os governos brasileiro e beninense assinam acordo de cooperação técnica¹ prevendo o desenvolvimento de cooperação em áreas consideradas prioritárias pelas duas partes, como saúde, educação e agricultura.

A partir daí, é realizada visita de prospecção de projetos no Benim em 2009, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e integrada por representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação do Brasil (SETEC/MEC), com vistas a identificar as principais demandas do país em matéria educacional, bem como definir a instituição de educação profissional beninense interlocutora, notadamente o Colégio Agrícola Médji de Sékou (*Lycée Agricole Medji de Sékou -LAMS*).

Em seguida é organizada uma missão ao Brasil a fim de identificar as condições e as modalidades de parceria com esse Colégio. Como resultado, fica estabelecido como objetivo geral do projeto “fortalecer as instituições de educação profissional beninenses, visando o aumento do êxito da inserção dos egressos no mundo do trabalho, por meio do fomento às práticas de cooperativismo e agroecologia”, sendo que a cooperação técnica se daria em torno de dois eixos de atuação: (i) formação profissional e

¹ Dec.n. 6.664, de 26 de novembro de 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6664.htm



tecnológica de formadores e (ii) implantação de incubadora de cooperativas agrícolas (ABC, 2011).

Com o objetivo de aperfeiçoar o projeto de cooperação técnica, tornando-a mais efetiva, foi realizada uma atividade diagnóstica isolada com o objetivo de reconhecer o LAMS, seus cursos, o perfil do corpo docente, a situação dos egressos e o contexto local no que tange ao cooperativismo e às práticas agroecológicas.

É com base nas informações levantadas nessa atividade diagnóstica que o presente trabalho se propõe a refletir acerca das possibilidades e do papel diferenciado e inovador que o Brasil pode desempenhar, especialmente em relação a países africanos enquanto, enquanto doador de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Um conjunto de questões e situações são discutidas e problematizadas ao longo do trabalho, visando maior efetividade do processo de formação de formadores e de incubação de empreendimentos cooperativos populares.

II

A cooperação internacional para o desenvolvimento, sua compreensão e processos, vem evoluindo ao longo de quase um século no âmbito das relações internacionais. Das noções de reconstrução e assistência técnica aos conceitos de *capacity development*, da competição ideológica durante a Guerra Fria ao multilateralismo representado pelo G-20, os processos de ajuda internacional vêm sendo aperfeiçoados tendo como móvel a redução das assimetrias entre doadores e recebedores.

Da mesma forma, as motivações para a cooperação para o desenvolvimento derivam não apenas dos interesses econômicos e políticos dos doadores, mas também de princípios humanitários refletindo compromisso moral e ético (MAGALHÃES, 2009).

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) surge oficialmente ao final dos anos 70, em razão do desgaste das relações Norte-Sul, quando os países da região Sul assumem uma posição crítica em relação ao modelo de cooperação vertical Norte-Sul, assentado em base assistencialistas no qual atuam como meros receptores passivos de recursos.

De acordo com Schmitz, Lima e Campos (2010) a horizontalidade se constitui como o princípio fundamental da CTPD especialmente na cooperação Sul-Sul, ao contrário da cooperação tradicional Norte-Sul caracterizada pela verticalidade.



Segundo Puente (apud MAGALHÃES, 2009, p. 16) a cooperação pode ser avaliada segundo três perspectivas teóricas. A abordagem idealista que enfatiza aos vínculos culturais e históricos responsáveis pela solidariedade entre as nações; a estruturalista que vê a cooperação como uma estratégia para superação das relações de dependência dos países em desenvolvimento; e a realista onde a cooperação é vista como um instrumento para fortalecer seus próprios interesses no cenário internacional.

A posição do Brasil nesse campo vem se firmando nos últimos anos (ALMEIDA, 2004). Segundo vários estudiosos a cooperação técnica tem sido uma das ferramentas mais bem utilizadas pela política externa brasileira nesse novo milênio.

De acordo com Schmitz, Lima e Campos (2010; p.37), a partir da segunda metade da década de 2000:

O governo brasileiro vem ampliando de forma intencional, por intermédio de diferentes órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, diversificada agenda de cooperação internacional em benefício do progresso econômico e social de países em desenvolvimento.

Segundo os mesmos, é o caráter universalista das iniciativas de parcerias Sul-Sul que configura o principal instrumento de aproximação política com outros países em desenvolvimento – países com quem o Brasil compartilha desafios semelhantes.

Por sua vez, o Embaixador Lauro Moreira (apud MAGALHÃES, 2009, p.36), ex-diretor da ABC, afirma que “a cooperação internacional brasileira baseia-se nos princípios da solidariedade e co-responsabilidade, não tendo fins lucrativos ou comerciais”.

O atual estágio da cooperação internacional brasileira reflete um novo *status quo* do Brasil no âmbito do sistema internacional.

Segundo Schmitz, Lima e Campos (2010, p.39):

Está em curso um amplo e crescente processo de reconhecimento internacional do país como uma economia emergente com elevada capacidade interna em diversos setores e, portanto, um ator-chave da cooperação internacional para o desenvolvimento. Este reconhecimento internacional deve-se a dois fatores principais: a prolongada estabilidade político-econômica nacional, e o acúmulo de experiências nacionais em programas sociais inovadores, de grande repercussão em todo o mundo. A estabilidade político-econômica nacional leva os doadores tradicionais a reconhecerem o Brasil como um país que cada vez menos necessita da cooperação internacional. Por sua vez, as experiências nacionais em programas sociais inovadores projetam o Brasil como um ator internacional importante em tecnologias sociais, principalmente entre os países localizados no eixo Sul-Sul.



Segundo Magalhães (2009, p.29) uma das principais diferenças entre a política externa do governo Lula em relação ao de FHC diz respeito à presença dos temas sociais, em uma agenda que expressa “a perspectiva humanista de sua ação externa”.

Mesmo assim, a instrumentalidade da cooperação técnica prestada pelo Brasil aos países em desenvolvimento não deixa de acontecer, representando um meio para o Estado atingir objetivos da política externa (ibid., p.30).

Ainda segunda a autora, a cooperação técnica internacional oferecida pelo Brasil se caracteriza por procurar desenvolver a capacidade de instituições e indivíduos na perspectiva de gerar mudanças e transformações socioeconômicas (ibid., p.33), tendo o combate à fome e à pobreza como foco prioritário em países com os quais o Brasil tem laços históricos, culturais e lingüísticos.

As áreas de maior concentração de cooperação técnica são agropecuária, saúde, educação, formação profissional, meio ambiente e recursos naturais.

Por outro lado, a despeito dessa relevância atual, a cooperação internacional para o desenvolvimento vem sendo executada desde os anos 50, normalmente focalizando a eliminação da pobreza e buscando a inclusão social. Não obstante o concurso de inúmeras agências e organismos internacionais, são poucos os registros de efetividade dessas ações (ALMEIDA et al., 2010).

Outra fonte de críticas à cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) decorre de argumentos como: corrupção, imperícia dos governantes e falta de pessoal local capacitado (LOPES, 2008, p.76). No entanto, tanto críticos quanto entusiastas afirmam que a qualidade da ajuda é fator crucial.

Tais fatos têm sido objeto de inquietação por parte de organismos como o PNUD que, em resposta, passa a incentivar uma mudança de ênfase no processo de cooperação a partir da idéia de “capacidade para o desenvolvimento”. Segundo o PNUD:

“For most of the past 40 years the emphasis was on the “what and why” questions about physical, financial and, later, human and natural capital. Less attention was given to the “how” issues, including **design, implementation and management**. This led to a preoccupation with building formal organizational structures, mainly in the public sector, and with institutional strengthening.

The role of public institutions in development is now changing. Conventional ideas about organizational engineering are being supplemented by broader notions on **promoting learning, empowerment, social capital and an enabling environment**. Attention is being given to the **culture, values and**



power relations that influence organizations and individuals. Donors are using different intervention points into capacity systems. The informal patterns of personal and societal behaviour—**the rules of the game**—are now better understood. And there is more appreciation of the **need to complement, not replace, indigenous habits and practices.** All of these are slowly forming into a body of concepts called capacity development” (UNDP, 2007, p.vi, grifos nossos)

Nesse sentido a cooperação prestada pelo Brasil tem suscitado a atenção internacional na medida em que vem sendo pautada de forma diferenciada, senão inovadora, não a partir de objetivos econômicos e políticos de curto prazo, o que vem fazendo do Brasil um doador não alinhado com potencial para propor novos arranjos de cooperação (LOPES, 2008; SCHLÄGER, 2007)

A esse respeito Almeida, Campos, Buss, Ferreira e Fonseca (2010) elaboram acerca de uma “cooperação estruturante em saúde”, que muito embora concebida para um campo específico, pode ser utilizada de forma de forma análoga em outros setores, como a educação, a julgar pelas similaridades institucionais dessas duas atividades.

A abordagem brasileira está centrada no conceito de “construção de capacidades para o desenvolvimento”, mas inova em dois aspectos: integra formação de recursos humanos, fortalecimento organizacional e desenvolvimento institucional; e rompe com a tradicional transferência passiva de conhecimentos e tecnologias (ALMEIDA et al., 2010).

O propósito dos autores é ir além das formas tradicionais de ajuda externa e redefinir a cooperação brasileira como “estruturante”, isto é, centrada no fortalecimento institucional dos sistemas de saúde dos países parceiros, combinando intervenções concretas com a construção de capacidades locais e a geração de conhecimento, e ainda promovendo o diálogo entre atores, de forma a possibilitar que eles assumam o protagonismo na liderança dos processos no setor e promovam a formulação autônoma de uma agenda para o desenvolvimento futuro, no caso, da saúde (ibid, p.28).

III

Segundo Magalhães, a partir do Governo Lula o interesse político pela África voltou a crescer², tendo em vista as expectativas de construção de alianças no âmbito Sul-Sul.

² Conforme já ocorrera nos anos 60-70, no quadro da Política Externa Independente do Governo Jânio Quadros (MAGALHÃES, 2009, p.41)



No entanto, essa reaproximação deve-se a um conjunto de fatores e motivações que não consegue ser contido pelas abordagens teóricas convencionais.

Na visão de Saraiva (2002, p.13) a política africana do Brasil deve ter estatuto próprio, identidade que a torna singular, no emaranhado de interesses múltiplos do Estado e da sociedade brasileiros, no ensaio de suas possibilidades externas. “Temos que saber que em África temos mais a oferecer que a receber, em termos materiais, para podermos receber mais que oferecer, no plano da imaterialidade”.

Urge [...] revisitar a tradicional política africana do Brasil [...]. Para implementá-la, apenas uma **nova forma cooperativa** [...] será capaz de engendrar saídas para as dificuldades do momento. Ademais, outros setores sociais [...] como os afro-brasileiros, necessitam ser ouvidos [...]. A África não pode ser tratada como algo fora da sociedade brasileira, em torno da qual apenas resta observá-la, de binóculos, à distância marítima dos dois continentes (SARAIVA, 2002, p.8, grifo nosso).

Para a Agência Brasileira de Cooperação, a cooperação técnica do Brasil para a África se explica porque:

Vários dos desafios africanos não são estranhos ao Brasil, país que ainda comporta muita desigualdade. Contribuir para o desenvolvimento africano, por meio do compartilhamento das soluções que encontramos para nossos próprios problemas, é o objetivo central de nossa cooperação técnica. (ABC, 2010, p.5)

Os números também comprovam essa aproximação. A presença diplomática brasileira no continente subiu de 18 para 30 embaixadas e 02 consulados gerais, enquanto o número de embaixadores acreditados em Brasília passou de 16 para 25.

Em 2009, a ABC gastou quase metade do orçamento anual de US\$ 15 milhões em projetos destinados a países do continente africano, o que representa um aumento de 1.478% em relação a 2005. Existem mais de 250 projetos de cooperação técnica em diferentes fases de negociação e execução em 34 destes países. Entre as áreas de cooperação, a agricultura tem sido aquela com maior demanda por parte de países africanos, e a área por meio da qual o Brasil mais tem cooperado com outros países de modo geral (GOES et al., 2010)

A África passou a absorver 7% do comércio exterior brasileiro. Entre 2002 e 2008, as exportações brasileiras para a África cresceram 339%. Setenta e cinco por cento delas foram de produtos manufaturados (GOES et al., 2010).



Por outro lado, segundo Goes, Patriota e Tibúrcio (2010) o aumento da cooperação técnica com a África para o desenvolvimento rural e combate à fome tem gerado expectativas no tocante à capacidade de atuação brasileira.

Segundo os autores, a atenção está voltada para a criação de economias de escala, a geração de vínculos com a esfera produtiva e a adaptação às realidades locais. Tal expectativa deve-se a alguns aspectos da experiência brasileira de desenvolvimento agrário como a produtividade alcançada pela agricultura familiar, a convivência entre esta e o agronegócio voltado para exportações, bem como sua participação em políticas voltadas para a erradicação da fome através de compras governamentais.

No caso específico do projeto, a demanda expressa por cooperativismo e agroecologia privilegia a desejada horizontalidade da cooperação internacional, uma vez que iniciativas dessa natureza vêm sendo buscadas e tentadas no Brasil no âmbito do movimento da economia solidária, da agricultura familiar, recebendo apoio institucional de diversos ministérios, construindo seus projetos políticos em espaços democráticos como Fóruns e sendo apoiadas pela universidade brasileira através de iniciativas como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, assim como outras iniciativas educacionais inovadoras e democratizadoras voltadas para alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial.

No caso em tela, do fortalecimento institucional da educação profissional, através do cooperativismo, agroecologia e da incubação de empreendimentos populares – ações que vêm sendo implementadas no Brasil no âmbito de políticas públicas para a agricultura familiar e de alguns programas de governo relacionados com a temática da economia solidária – o que chama a atenção é o fato de que esses movimentos, embora iniciados, ainda lutam para se constituir como uma nova institucionalidade alternativamente aos modos institucionais convencionais orientados capitalisticamente. Nesse sentido, a cooperação técnica proposta se dá em campos onde o desafio é compartilhado e atual, ou seja, não obstante as diferentes trajetórias dos dois países, a possibilidade de aprendizado mútuo é efetiva, o que, a nosso ver, se coaduna com a política de cooperação técnica brasileira.



O Benim é um país da África ocidental limitado ao norte pelo Burkina Faso e pelo Níger, a leste pela Nigéria, ao Sul pela enseada do Benim e a oeste pelo Togo. O país tem uma área um pouco maior do que a do estado de Pernambuco e uma população de quase 9 milhões de habitantes, distribuídos em 77 cidades e 5000 vilarejos. O IDH do país em 2010 é de 0,435, ocupando a 134ª posição dentre 169 países analisados pelo PNUD. Suas principais cidades são Cotonou e Porto Novo. A cidade de Ouidah (ou Uidá) também se destaca por ter sido o principal porto de embarque de escravos para o Brasil entre os séculos XVII e XIX e por conservar até hoje vários traços da presença brasileira no Benim, mantidos pelos *agudás*, descendentes de comerciantes portugueses que se estabeleceram na região e escravos retornados do Brasil espalhados ao longo do litoral da então chamada Costa dos Escravos.

As semelhanças entre o Benim e o Brasil, ainda mais com a Bahia, impressionam os visitantes, e no que tange ao projeto de cooperação pode repercutir positivamente para sua efetividade. Sobre isso Soumonni (2001, p.5, grifo nosso), diz:

[...] o **impacto do Brasil na atual República de Benim**, herdeira do Daomé pré-colonial, colonial e pós-colonial, ainda é visível sob muitas formas [...] Portanto, não surpreende que a herança brasileira, apesar das vicissitudes da história, continue a ser, ainda hoje, uma realidade viva, **como se o Daomé tivesse sido uma colônia brasileira!** (grifos nossos)

Isso se explica, segundo o autor, por que:

A comunidade afro-brasileira na região continuou a crescer, em quantidade e diversidade, não apenas por influência dos que voltaram, mas também por um processo de assimilação de elementos locais que não tinham relações consangüíneas com descendentes de brasileiros ou nunca tinham ido ao Brasil, mas que se identificavam com a mesma cultura, como resultado de sua longa associação com essa comunidade. Os aspectos principais dessa cultura, tal como ilustrados pela herança brasileira da atual República de Benim, são produto de um complexo processo de transformação, construção e reconstrução de identidades no Brasil e na “Costa dos Escravos” (SOUMONNI, 2001, p.7).

Segundo Soumonni (2001, p.9), “se o tráfico de escravos foi um fator de desintegração étnica, ele foi também, paradoxalmente, um componente da construção, no Novo Mundo, de novas identidades, de ‘nações’, em maior escala do que na África”, em relação à amplitude do que é designado pelo termo “nagô”³.

³ Conforme o trabalho de Maria Inês Cortes de Oliveira “A grande tenda nagô” citado pelo autor.



Nesse sentido, com o retorno dos agudás, essa mesma influência se fez sentir no Benim desde a colonização francesa, que viu na cultura e organização do grupo elementos de “apoio para a civilização da região” (ibid., p.19). Todavia, a despeito desse apoio, “os afro-brasileiros continuaram fiéis à sua especificidade e à sua identidade [...] sua identidade afro-brasileira não constituiu um obstáculo à integração progressiva no novo meio (ibid., p.12).

Portanto, foi a facilidade de intercâmbio, interação e adaptação entre os dois lados do Atlântico, no decorrer de todo o século XIX que possibilitou tal interação. Para Soumonni (2001, p.15):

O que os ex-escravos levaram do Brasil e que constituiu a herança brasileira foi, na realidade, produto de **influências recíprocas** (grifo nosso). Se esse legado continua muito forte até hoje, é porque as influências africanas no Brasil lançaram raízes profundas.

Tamanha é essa influência que o autor, citando José Honório Rodrigues, com ele compartilha a idéia de que “todo brasileiro, mesmo de pele branca e cabelos claros, carrega na alma – e, se não na alma, no corpo – uma sombra ou, pelo menos, uma pitada de sangue negro” (RODRIGUES, 1962, p.52 apud SOUMONNI, p.23, 2001).

Segundo documento de trabalho elaborado pelo LAMS para fins de orientação ao projeto de cooperação⁴, a economia beninense é baseada em transações comerciais e o potencial de desenvolvimento agrícola é pouco aproveitado. O setor agrícola representa cerca de 38% do PIB e contribui, em média, com 2% do crescimento anual, enquanto o setor terciário, cuja participação no PIB é de 49%, contribui com aproximadamente 3% do crescimento. O setor secundário participa apenas com 13% do PIB de 13% e contribuição de apenas cerca de 0,6% do crescimento.

Com a mudança de regime político, no início dos anos 90, importantes reformas foram lançadas, trazendo benefícios ao país. Estas reformas permitiram alcançar uma taxa de crescimento de 5,1% em 2008 contra 4,6% em 2007 e 3,8 % em 2006. Segundo o Governo os desafios prioritários a serem superados são: melhorar a competitividade geral e setorial da economia e melhorar a qualidade de vida e erradicar a pobreza. Para enfrentar tais desafios, o Governo estabeleceu um plano cuja estratégia está baseada no desenvolvimento de um conjunto de projetos agrupados por pólos de desenvolvimentos,

⁴ Lycée Agricole Médji de Sékou. **Notes em vue d'élaboration projet brésilien**, documento de trabalho.



dentre estes, um pólo de algodão e têxtil e um pólo agroalimentar, relacionados ao setor primário.

O setor agrícola é caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas e por sua vulnerabilidade às intempéries. Os ganhos e a produtividade são reduzidos e a força do trabalho parcialmente valorizado, o que torna os produtos agrícolas pouco competitivos. A maioria dos agricultores tem muito pouco acesso a insumos agrícolas. Os principais desafios do setor são: alimentar uma população que aumenta mais rápido que a produção agrícola (3,2% contra 2,6% ao ano) e melhorar a produtividade e a competitividade do setor. Em 2006 foi elaborado um plano de estímulo ao setor agrícola que está fundamentado no desenvolvimento de algumas áreas como o algodão, o milho, a abacaxi, o caju, o arroz, o dendezeiro, o cultivo de hortaliças e a bioenergia.

O sistema de ensino está inserido em um contexto de forte pressão demográfica, em que a pobreza aumenta e a maioria da população permanece rural. Em termos quantitativos o número de alunos vem aumentando desde 2001. O ensino técnico e a formação profissional apresenta oferta insuficiente e inadequada em relação às necessidades do mercado; rigidez do sistema em relação à demanda de formação; desequilíbrio entre a estrutura da economia e a oferta educacional (5% do número de alunos do ensino técnico e da formação profissional estudam em estabelecimentos de ensino agrícola, mesmo estando mais de 70% da população ativa ocupada em atividades agrícolas e correlatas), sendo que a proporção de alunos interessados por este tipo de formação é baixa e alta a taxa de desistência escolar precoce e de jovens não escolarizados é alta. As debilidades no plano qualitativo se relacionam a uma fraca diversificação da oferta de formação, pouco centrada nas necessidades do mercado de trabalho; ausência de uma política de orientação dos alunos, o que não favorece uma gestão eficaz do fluxo em relação às qualificações demandadas pelo mercado de trabalho; reduzida proporção de moças na área agrícola; reduzida participação de profissionais do mercado de trabalho na formação e no treinamento dos alunos; falta de ferramentas agrícolas e equipamentos técnicos em relação aos números de alunos e a ausência de obras científicas e técnicas atualizadas na biblioteca.

Em visto do exposto, não é difícil perceber que os dois países compartilham, em tempos e proporções bem distintos, uma problemática educacional semelhante em alguns



aspectos. A nosso ver, tal fato pode se constituir em aspecto facilitador para o processo de cooperação técnica na medida em que a experiência acumulada possa orientar a construção do processo cooperativo com os professores do LAMS.

As mudanças recentes propostas para a educação profissional e agrícola brasileira têm suscitado um conjunto de experiências pautadas no reconhecimento e valorização dos saberes populares, no incentivo à participação e envolvimento de um amplo conjunto de atores sociais, segundo um processo de democratização da ciência, voltadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais cujo objetivo é o da inclusão social.

A dimensão da sustentabilidade também é fator estratégico para o projeto, que deve considerar em si e naquilo a que se propõe capacitar, determinadas práticas como o diálogo de *stakeholders*, ou seja, garantir a natureza participativa e a transparência dos processos em uma perspectiva comunicativa, usando para isso os diversos instrumentos comunicacionais e participativos disponíveis, tendo como ponto de partida, certamente, ao projeto de vida que a comunidade concebe para si, para sua região e, finalmente, para o seu país (CAVALCANTI, p.13, 200-).

Nesse sentido, o foco do projeto em cooperativismo e agroecologia nos parece o mais oportuno e apropriado às condições atuais da agricultura praticada na região do LAMS.

Em relação à agroecologia, o Benim encontra-se em um período, pode-se dizer, “pré-industrial”. Ainda com poucos investimentos na industrialização da agricultura o que demonstra certo acúmulo em práticas de cultivo mais ecológicas desenvolvidas pelos agricultores beninenses uma vez que pela escassez de insumos foram encontrando métodos autóctones para desenvolverem a sua agricultura.

Além disso, segundo o diretor do LAMS, os consumidores beninenses preferem produtos “naturais” sem agrotóxicos e fertilizantes, o que aponta para uma preocupação com a qualidade dos produtos o que é interessante sob o ponto de vista da Agroecologia. Não há legislação no Benim relativa à produção de alimentos orgânicos, a regulamentação em relação à alimentação de uma maneira geral é bastante precária. Neste sentido existe a agência DANA que possui uma diretoria de análise de alimentos ligada ao Ministério da Agricultura. Existem muitos agrotóxicos que não são homologados para uso no Benim e que são utilizados, que entram de maneira ilegal pela fronteira, principalmente com a Nigéria. Seu uso vai depender antes da renda disponível



para aquisição do que de considerações quanto à produtividade das lavouras de certos produtos cuja comercialização está mais organizada, como no caso do algodão.

A experiência cooperativista do Benim está associada essencialmente à cultura de seu povo. Sua organização formal, por outro lado, associa-se à história política pós-colonial do país, marcada por um período de profunda instabilidade política - pós-independência - em que foi elaborado boa parte do arcabouço normativo do cooperativismo no Benim. Outra etapa, de 1972 a 1990, período da Revolução Socialista, quando o cooperativismo foi praticado com a intervenção do Estado na organização das associações e cooperativas e na comercialização da produção, com registros de várias experiências produtivas de caráter coletivo, embora não seja ainda possível perceber como esse processo foi implementado, nem o quanto tais práticas foram aceitas e incorporadas pelos produtores e trabalhadores. Por fim, uma terceira etapa, após 1990, quando a crise econômica acarreta a queda do regime socialista e o país passa a adotar um regime presidencialista de caráter liberal. Com a progressiva saída do Estado das atividades de produção e comercialização, e com o advento de programas neoliberais de ajuste estrutural da economia, a idéia cooperativista se submete a um novo quadro institucional marcado pelo alto nível de desemprego e pela necessidade de competitividade em termos mais globais. Surgem novas iniciativas cooperativistas em setores com o da saúde, da coleta e tratamento de lixo, distribuição de bebidas e material escolar, enquanto no setor agrícola processos de descentralização organizam os produtores em níveis locais e regionais, especialmente de algodão. No lugar de modelos cooperativistas de cunho mais coletivista, a associação de produtores individuais passa a ser fomentada. O cooperativismo perde força e praticamente desaparece no país. As concepções ideológicas do cooperativismo desvalorizam-se e o novo foco é voltado para o empreendedorismo e a inovação.

Na “visão cooperativista” existente no país, termos como auto-empregar - sozinho ou em cooperativas, empreendedorismo, inovação e outros, são muito presentes, expondo um espírito cooperativista voltado para as relações mercadológicas. De certa forma, no contexto de um país em que a expectativa de vida é de 45 anos, as condições de saneamento são precárias e a informalidade atinge níveis extremos, a necessidade de sobrevivência torna complexo o entendimento de produção que não esteja associada à



melhoria na condição de vida associadas à elevação da produção, da comercialização e, logicamente, da renda.

Essa visão específica do cooperativismo também pode ser fruto da forma impositiva realizada e patrocinada pelo Estado no período revolucionário, que institucionalizou um cooperativismo, que não nascia dos anseios da população, a despeito de vários aspectos da cultura tradicional africana onde a solidariedade vertical e horizontal, a organização comunitária, o trabalho coletivo e o conceito de família alargada são características marcantes.

A respeito da cultura tradicional africana nos valemos da idéia defendida por Altuna (1985, p.23) a respeito da unidade cultural básica e fundamental da África Negra, baseada nas teses do historiador senegalês Cheik Anta Diop. “Africanidade” baseada em uma origem histórica comum, reforçada ao longo do tempo por processos migratórios que se estenderam por toda a África sub-saariana e pelo “milênio isolamento negro”.

Esta unidade cultural, que não é uniformidade revela-se notavelmente nas linhas básicas do pensamento, na concepção espiritualista do mundo e da vida, na vivência do seu humanismo que fecunda as instituições sócio-políticas (ALTUNA, 1985, p.32).

V

Após a observação dos espaços físicos, da realidade social e por meio da interação formal com os atores envolvidos, foi possível projetar uma ação cooperação técnica nas áreas do cooperativismo e de agroecologia cuja finalidade seja modificar o processo de ensino-aprendizagem na relação entre professores e alunos de modo a favorecer a reflexão crítica e criativa e a construção de conhecimento voltado para o desenvolvimento local, aumentando a inserção dos egressos no mundo da produção e do trabalho agrícolas.

No entanto, algumas questões percebidas no processo diagnóstico, se levadas em conta de forma adequada ao longo da execução do projeto, poderão, a nosso ver, contribuir consideravelmente para o alcance de seus objetivos.

A experiência cooperativista beninense é cunhada em torno de um embate entre aspectos de sua cultura tradicional – comunitarista e que tem na família alargada sua célula social – e experiências derivadas de sua história recente, seja na perspectiva do



cooperativismo de Estado executado no período revolucionário, ou na de um empreendedorismo liberal pautado pelas políticas em curso.

Pensadores africanos proeminentes, como Ahmed Sékou Touré (citado por ALTUNA 1985, p.204) disseram a esse respeito: “A solidariedade é a primeira riqueza do homem africano e a qualidade cardeal da raça negra. [...] A voz do povo africano carece de rosto, nome e tonalidade individualistas”.

É certo, porém, que os efeitos do processo colonizador e da globalização do capitalismo não podem ser minimizados, conforme sinaliza Altuna (1985, p.204) ao dizer:

É verdade, contudo, que por contato com a tecnologia, o urbanismo e modos de vida desacralizadores surgiram os desenraizados e as massas acumuladas nos míseros bairros suburbanos que vão perdendo esses valores

Tal aparente contradição pôde ser observada quando, por várias vezes e em vários momentos, os entrevistados afirmaram o comportamento individualista característico do beninense (em especial aqueles do Sul, mais urbano), contrários à cooperação e à confiança em trabalhos conjuntos.

Nesse sentido o cooperativismo, se tratado em uma perspectiva emancipadora e com enfoque com enfoque na solidariedade e na cooperação, pode ser um elemento que contribua para tornar mais efetiva a educação técnica e profissional. O comunitarismo tradicional pode se constituir no elemento ideológico promotor de um novo cooperativismo cujo fundamento estruturante seja a redistribuição de seus resultados em nível da família alargada e/ou da comunidade.

Os conhecimentos em agroecologia, por sua vez, podem ter um papel fundamental, tendo em vistas as características endógenas do local, que não possui elevado acesso a produtos químicos (e valoriza-se o não uso destes) e pelas próprias características relacionadas à renda dos agricultores e as práticas sociais do Benim. Os conhecimentos em agroecologia irão contribuir com uma visão mais integrada dos processos que serão abordados no projeto, pensando na qualidade dos produtos desde a sua produção no campo, buscando formas mais sustentáveis de produção de alimentos. Como também na busca do desenvolvimento de práticas e tecnologias a partir dos recursos locais existentes, adequadas à realidade agrícola do Benim.

Através de uma abordagem holística os conhecimentos sobre agroecologia, levando em conta as relações sociais que são constituídas e a valorização do conhecimento



tradicional, deverão dialogar com os processos de adequação sócio-técnica dos equipamentos, tanto na produção de alimentos quanto no beneficiamento, atentando para a busca de soluções locais com objetivo de promover relativa autonomia sobre o processo produtivo, uma vez que os insumos e equipamentos, tanto agrícolas como para beneficiamento, são importados.

O projeto deverá tratar as questões da reprodução das técnicas e uso dos equipamentos a partir da concepção de das estratégias para a organização da produção e para a formação de cadeias produtivas, onde a temática da tecnologia social e da adequação sociotécnica (DAGNINO, 2009) poderão contribuir. Nesse sentido a incubadora de cooperativas deverá ter um papel fundamental a partir das funções que venha a assumir no processo de beneficiamento da produção local. Todavia, seu modelo e operação não podem nem devem ser comparados ao das incubadoras de empreendimentos solidários do Brasil, uma vez que existem em ambientes institucionais distintos a despeito das semelhanças já aludidas entre os dois países.

A dimensão pedagógica vem se constituir no outro elemento do projeto que requer uma abordagem e atenção específicas, seja em relação aos aspectos metodológicos que devem ser utilizados no processo de capacitação propriamente dito, seja por conta do relevo estratégico que uma postura pedagógica tem em processos onde se busca alterar certas lógicas organizadoras da vida.

Em relação ao aspecto estratégico da dimensão pedagógica do projeto a questão se situa na confluência com que a educação permitirá rearticular os aspectos tradicionais da cultura africana com os anseios daquela população por condições de vida mais dignas e autoreferenciadas. O pensamento do educador Andre Salifou (citado por ALTUNA, p.205) é ilustrativo a esse respeito

Hoje que o Ocidente, - que nos impôs o seu modelo de educação, - é prisioneiro de suas próprias contradições internas e procura uma nova via para formar os seus filhos, - a África, - que fala cada vez mais em descobrir a sua “essência particular”, - deve sem dúvida orientar todos os seus esforços de investigação para o redescobrimto do seu sistema de educação pré-colonial: Só ele lhe permitirá compreender com clareza o seu “real social”, ou por outra, compreender todo um conjunto lógico em que se entrelaçam normalmente uma série de comunhões: comunhão com o cosmos...com a terra... com a natureza... com os outros homens seus semelhantes, sem os quais e fora dos quais se nega a conceber a sua existência.



Em nossa observação quanto aos aspectos pedagógicos em uso no LAMS, pressentimos um formalismo nas relações entre professores e entre aluno-professor, baseado em relações sócio-profissionais do tipo mestre – aprendiz. O ensino do cooperativismo parece encerrar-se em seus aspectos formais, o que inibe a prática cooperativa e a construção de objetivos comungados.

Com isso, as atividades de capacitação deverão ser conduzidas sempre em uma perspectiva dialógica, trazendo as situações pedagógicas vivenciadas pelos professores para a discussão reflexiva em face dos conteúdos que se pretende desenvolver. Como consequência dessa metodologia as atividades deverão produzir resultados aplicados segundo o que se denomina por pedagogia da alternância (PISTRAK, 2001), que permitirá ao projeto um monitoramento mais efetivo de sua execução, a despeito da distância que separam Brasil e Benim.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO-ABC. **A cooperação técnica do Brasil para a África.(ABC/MRE)**. Catálogo. Brasília, 2010. 186 p. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf> Acessado em: fev., 2011.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO-ABC. **Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benim nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo**. Projeto de Cooperação técnica entre Países em desenvolvimento, Bra/04/044. Brasília, 2011. 29f.

ALMEIDA, P.R. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 47, n.1, p.162-184, 2004.

ALMEIDA, C.; CAMPOS, R.P.; BUSS, P.; FERREIRA, J.R.; FONSECA, L.E. A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.25-35, mar. 2010.

ALTUNA, P. R. R. de A. **Cultura tradicional Banto**. Luanda: Ed. Sec. Arquidiocesano de Pastoral, 1985. 621 p.

BENIM. **Evolution du mouvement cooperatif de 1960 a 2010**. Ministère de l’Agriculture de l’Élevage et de la Pêche, Direction de la promotion et de la législation rurales. Documento. Cotonou, jun. 2010. 13f.

CAVALCANTI, C. Uma contribuição para o desenvolvimento sustentável de Angola. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 200-. Disponível em : <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Palestra/1.pdf>. Acesso em: abr. 2011.



DAGNINO, R.P. (org.) Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP. IG/UNICAMP, 2009.

GOES, F. L.; PATRIOTA, T.C.; TIBÚRCIO, J. Considerações sobre o potencial e os desafios de uma parceria Brasil-África para o desenvolvimento rural. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília/IPEA, n.3, p.28-33, jul/set 2010.

LOPES, L.L.A. **A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador**. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.

MAGALHÃES, T.Q.S. **A cooperação técnica entre países em desenvolvimento na política externa do governo Lula (2003-2006): o Brasil e o continente africano**. 2009. 54f. Dissertação (Especialização em Relações Internacionais) – UNB, Instituto de Relações Internacionais, Brasília.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

SARAIVA, J.F.S. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v.45, n.2, p.5-25, 2002.

SCHLÄGER, C. New Powers for Global Change? Challenges for International Development Cooperation: The Case of Brasil. Berlim/ Friedrich-Ebert-Stiftung, **FES Briefing Pape**, n.3, mar. 2007, 12p. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/fes_pub/schlager.pdf>. Acesso em: abr.,2011

SCHMITZ, G.O.; LIMA, J.B.B.; CAMPOS, R.P. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: primeiro levantamento de recursos investidos pelo governo federal. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília/IPEA, n.3, p.35-45, jul/set 2010.

SILVEIRA, B.C., CYPRIANO, C.A.C.; PIMENTEL, V.C. **Diagnóstico realizado em visita técnica ao Benin**. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO-ABC. Relatório de pesquisa. Brasília, mar. 2011. 69 f.

SOUMONNI, E. **Daomé e o mundo atlântico**. South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS) and the Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Candido Mendes, Brazil. Amsterdam/Brazil, 2001. 79p. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/521309.pdf>> Acesso em: mar. 2011.

UNDP-UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Capacity Development: **Technical Advisory Paper** No. 2. Management Development and Governance Division, Bureau for Policy Management, New York. 1997, 89 pp. Disponível em: <<http://mirror.undp.org/magnet/Docs/cap/Capdeven.pdf>> Acesso em: fev. 2011.